

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JÉSSICA ALESSANDRA HAGELIN MATIOLO

**A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES MUÇULMANAS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Caxias do Sul

2020

JÉSSICA ALESSANDRA HAGELIN MATIOLO

**A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES MUÇULMANAS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito para aprovação no curso de Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof. Me. Eliane Machado Corrêa
Cardoso

Caxias do Sul

2020

JÉSSICA ALESSANDRA HAGELIN MATIOLO

**A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES MUÇULMANAS NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como requisito para aprovação no curso de Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof. Me. Eliane Machado Corrêa Cardoso

Aprovado em ____ de _____ de 2020

Banca Examinadora

Prof. Me. Eliane Machado Corrêa Cardoso
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Prof. Dra. Cristine Fortes Lia
Universidade de Caxias do Sul - UCS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Jussara Hagelin por seu apoio incondicional em todas as minhas escolhas, por sua dedicação, por seu amor e por todos os esforços realizados na busca por concretizar o meu sonho de cursar licenciatura em História. Sem o seu incentivo nada disso teria sido possível.

Agradeço ao meu namorado, Diego Boniatti, por sempre estar presente, oferecendo todo o apoio necessário. O seu incentivo através de gestos e de palavras foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora, Professora Eliane Machado Corrêa Cardoso, que aceitou me orientar neste trabalho. Obrigado pela compreensão, pela paciência e pela dedicação ao longo de toda a minha graduação. Seu incentivo foi fundamental principalmente neste último semestre, pois foram momentos difíceis, sobretudo por termos nossas aulas presenciais suspensas devido à pandemia Covid-19.

Agradeço a todos os amigos e amigas que estiveram comigo ao longo de toda essa trajetória, pois a colaboração, a ajuda e o incentivo de cada um de vocês foi essencial e extremamente importante para mim.

Finalmente, agradeço a todos os meus professores do curso de História da Universidade de Caxias do Sul. Obrigado pela paciência, pela sabedoria, pela dedicação, pelas inúmeras palavras de incentivo e pela disponibilização de todos os recursos necessários para que eu evoluísse mais e mais a cada dia.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre a representação das mulheres muçulmanas nos livros didáticos de história destinados ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Para a realização deste trabalho, foram escolhidas duas coleções didáticas, uma destinada ao ensino fundamental e uma destinada ao ensino médio, sendo ambas devidamente aprovadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) dos anos de 2018 e 2020. O Islã tem se apresentado como a religião monoteísta que mais cresce no mundo, ganhando adeptos inclusive no Brasil. Contudo, ao se tratar das mulheres muçulmanas, as informações presentes nos livros didáticos podem ser um tanto equivocadas, uma vez que, para o ocidente, a visão predominante é que as muçulmanas são privadas de direitos e/ou submissas a um sistema patriarcal. Assim, ao longo deste trabalho, serão analisadas as informações presentes nos materiais didáticos, além de como estes se referem às mulheres praticantes do Islã, ressaltando lacunas que podem contribuir para a propagação de uma interpretação errada sobre o papel ocupado pelas mulheres na sociedade muçulmana.

Palavras-chave: Livro didático; PNLD; Islã; Mulheres muçulmanas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INL	Instituto Nacional do Livro
IPT	Instituto de pesquisa do estado de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
PLIDEF	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNLA	Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio
SEB	Secretaria de Educação Básica
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Livro <i>Araribá Mais – História</i>	22
Figura 2 - Mulheres em protesto no Cairo - EG	26
Figura 3 - Sessão “Ser no Mundo”	28
Figura 4 - Capa do Livro <i>História – Passado e presente</i>	30
Figura 5 - Abertura do Capítulo Mundo árabe-muçulmano	34
Figura 6 - Sessão “Você Sabia?”	35
Figura 7 - Mulheres iranianas antes da Revolução	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O QUE É O PNLD.....	13
3. O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA NO BRASIL	18
4. ANÁLISE DA OBRA <i>ARARIBÁ MAIS - HISTÓRIA</i>	22
5. ANÁLISE DA OBRA <i>HISTÓRIA – PASSADO E PRESENTE</i>.....	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise através de livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio sobre a representação da mulher muçulmana, recurvando-se sobre como a figura feminina muçulmana é retratada nos livros didáticos que são disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)¹. Este trabalho surgiu, pois, nos últimos anos, é possível constatar um crescente número de pesquisas referentes ao islã nos livros didáticos; todavia, esses estudos têm sido bastante amplos, retratando o Islã em seu contexto geral. No que se refere às mulheres muçulmanas, ainda são escassos os materiais produzidos que retratem, prioritariamente, a vida e o cotidiano das mulheres muçulmanas. Assim, para a realização desse trabalho, foram analisados um livro didático de História destinado ao Ensino Fundamental e um livro didático destinado ao Ensino Médio, procurando verificar como a mulher muçulmana é representada nestes materiais, quais os equívocos e quais as lacunas que esses materiais poderiam conter, as quais contribuem para uma interpretação errada e/ou preconceituosa das mulheres praticantes do Islã, ressaltando os mitos e as verdades do cotidiano feminino no mundo islâmico.

Para isso, considerou-se, inicialmente, que os livros didáticos têm se apresentando como principal instrumento de apoio utilizado pelos professores. Ao considerar o fato de este material dividir opiniões sobre seu modo de utilização entre o corpo docente, o seu emprego tem se consagrado justamente por ser um recurso de fácil acesso aos docentes. Teixeira (2012) ressalta que a utilização dos livros didáticos garante condições essenciais para o processo de ensino aprendizagem em sala de aula. Por se tratar de um elemento da cultura escolar que apresenta um grau de organização e seleção de conteúdo, estes materiais didáticos servem como guias para as práticas pedagógicas, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento.

Sobre os estudos do Islã e das mulheres muçulmanas nas escolas brasileiras, professores e alunos baseiam seu aprendizado principalmente através de textos e de imagens contidas nos livros didáticos disponibilizados pelo PNLD. Geralmente, esses livros apresentam um primeiro contato com os estudos sobre a religião muçulmana nas edições de sexto ano do Ensino Fundamental durante os estudos da Expansão Islâmica, podendo ser retomados no nono ano do Ensino Fundamental ao abordar a Globalização. Já no Ensino Médio, os estudos iniciam-se no primeiro ano, podendo ser retomados no terceiro ano. Todavia, no que se refere à posição ocupada pelas mulheres na sociedade islâmica, alguns

¹ Também conhecido como Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) até a última reformulação em 2017.

livros didáticos não chegam a mencionar a realidade vivenciada por elas, enquanto outros acabam por trazer informações equivocadas que contribuem para uma interpretação errada dessas mulheres.

Contudo, antes de falarmos das mulheres muçulmanas, primeiramente, devemos compreender que o Islã é uma religião monoteísta revelada no século VII pelo Profeta Mohamed, ou Profeta Maomé², a qual tem por base o Alcorão ou Corão³, livro sagrado dos muçulmanos que constitui os princípios fundamentais da religião. O Corão estabelece um código de moral, de ética e de justiça definindo as normas de comportamento social e comunitário, tendo cinco obrigações básicas definidas nos chamados “Pilares do Islã”.

[...] Entre eles estavam o testemunho oral de que “só há um Deus, e Maomé é o seu Profeta”. Segundo, havia a prece ritual, certas formas de palavras repetidas em certo número de vezes e com posturas particulares do corpo; deveriam ser feitas cinco vezes por dia. Outros “Pilares” eram a doação de uma certa porção dos ganhos da pessoa para tipos específicos de obras de caridade ou beneficência pública. Um severo jejum, do amanhecer ao anoitecer, durante todo um mês do ano, o de Ramadan, que termina numa festa; e o hadj, a peregrinação a Meca, num tempo fixado do ano, envolvendo vários atos rituais, e também terminado numa festa [...] (HOURANI; 1995, p. 82)

Atualmente, o Islã é a religião com maior número de fiéis, sendo a fé que mais cresce no mundo. Isso se deve pelo fato de as famílias muçulmanas serem numerosas, mas também pelo islã ser uma religião que aceita a conversão de pessoas que se identificam e aceitam os ensinamentos do Profeta Maomé.

No Brasil, segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010⁴, foi constatado que cerca de 35.167 pessoas são praticantes do Islã. Porém, é importante ressaltar que, desde o ano de 2011, tem ocorrido um aumento de imigrantes e refugiados advindos de países que professam a fé islâmica, contribuindo para um aumento significativo desse número. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o número de pessoas que procuram refúgio no Brasil alcançou a marca de 11.231 no ano de 2018. Desse total, os sírios, país de maioria muçulmana que se encontra em um cenário de guerra civil, representam 36% da população imigrante no Brasil⁵.

²Neste trabalho, será utilizada a variante aportuguesada, Maomé, para se referir ao profeta.

³Segundo a tradição, a palavra de Deus teria sido pronunciada pela primeira vez na língua árabe, assim a Escritura Sagrada do Islã seria conhecida como *Qu`ran* (em português Corão ou Alcorão) que significa A Recitação.

⁴Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 11 maio. 2020.

⁵ Disponível em: <<https://acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>>. Acesso em 17.abr.2020

Em terras brasileiras, as mulheres muçulmanas são facilmente reconhecidas nas ruas e nos locais públicos, principalmente, pelo fato de, em sua maioria, fazerem o uso das vestimentas muçulmanas, entre elas o hijab⁶, a burca⁷, o niqab⁸ e o chador⁹. Esse encontro entre culturas pode gerar diversas reações que vão da curiosidade até os episódios de preconceito e agressões verbais.

Armstrong (2002) avulta que o uso do véu é visto no Ocidente como um símbolo de opressão masculina; no entanto, é importante compreender que o uso do véu era apenas um protocolo que se aplicava as esposas do Profeta Maomé e que em nenhum momento propendia rebaixar ou desfavorecer suas esposas, mas sim representar o status de superioridade. De tal modo, outras mulheres acabaram adotando o uso do véu, principalmente, por ser um símbolo de poder e de influência.

No que se refere às mulheres, no Corão, é inexistente alguma passagem que as obrigue a usar o véu. Aconselha-se, tanto para as mulheres, quanto para os homens, vestir-se com descrição. Não é mencionado que as mulheres devem ser segregadas ou privadas de direitos. As mulheres muçulmanas possuem direitos, podendo estudar, trabalhar e votar. O Corão ainda assegura às mulheres o direito à proteção, uma vez que é responsabilidade do homem prover a casa; todavia, se a mulher deseja trabalhar fora, esse dinheiro será exclusivamente dela. Além disso, lhes é conferido direito ao voto, a herança e ao divórcio.

A dificuldade que a população geral tem em diferenciar o Islã como uma religião que prega a paz deve-se principalmente pelos episódios de violência como os atentados contra os Estados Unidos e países europeus, assim como pela manipulação midiática. Dessa forma, torna-se fundamental que exista um melhor entendimento sobre o que é o fundamentalismo religioso e as organizações terroristas.

É um erro imaginar que o Islã é uma religião intrinsecamente violenta ou fanática, como às vezes se sugere. O Islã é uma religião universal, e não há nada nele de agressivamente oriental ou antiocidental [...] devemos lembrar que o fundamentalismo veio à tona em muitas religiões e parece ser uma resposta ao peculiar estilo de vida do final do século XX. (ARMSTRONG, 2002, p.18)

Peter Demant (2011) ressalta que termo fundamentalismo, apesar de atualmente ser diretamente associado ao Islã, ganhou destaque no decorrer do século XIX dentro do protestantismo norte-americano, cujo objetivo era conter as ideias modernistas que estavam

⁶ Lenço que cobre o pescoço, as orelhas e o cabelo das mulheres, deixando apenas o rosto à mostra.

⁷ Vestimenta que cobre todo o corpo das mulheres que enxergam através de uma tela que cobre seus olhos.

⁸ Vestimenta que cobre todo o corpo da mulher deixando apenas seus olhos à mostra.

⁹ Vestimenta que cobre todo o corpo da mulher deixando o seu rosto à mostra.

ocupando cada vez mais o lugar da religiosidade. Assim, os fundamentalistas almejam a volta de padrões considerados fundamentais que foram se perdendo, sendo apenas os seus dogmas considerados a verdade absoluta. Demant (2011) ainda reforça que, além do Islã, existem versões fundamentalistas no judaísmo, no cristianismo, no hinduísmo e até mesmo no budismo.

Evidencia-se que existem diferentes aplicações e interpretações das leis islâmicas. Podemos citar como exemplo países como a Arábia Saudita, o Irã, e o Bahrein, o qual adota a Sharia¹⁰ como forma de governo. Podendo ser interpretado de diferentes maneiras, alguns países optam por seguir as leis da Sharia de modo mais flexível ou com maior rigor. Isso dependerá do papel que o Islã ocupa na esfera pública, política e pessoal de cada nação. Sendo estes países considerados pelos ocidentais “Estados Fechados”, são comuns os equívocos que ocorrem entre a religião e as leis políticas. Isso torna-se evidente ao falarmos da própria Arábia Saudita, que, até o ano de 2018, era o único país islâmico em que as mulheres não possuíam o direito a dirigir.

Optei por trabalhar com este tema, pois durante minha vida escolar meus professores apenas dedicaram seus estudos à formação e à expansão do islã, sem em nenhum momento mencionarem o cotidiano feminino na sociedade islâmica. Através da leitura dos livros didáticos, pude conhecer um pouco mais sobre a realidade dessas mulheres; contudo, em sua maioria, os livros didáticos descreviam as mulheres muçulmanas privadas de direitos, oprimidas e obrigadas a usar as vestimentas muçulmanas. Após um período de convivência com a comunidade árabe muçulmana do Egito, pude perceber que possuía certa falta de informação sobre as mulheres muçulmanas, principalmente, ao pensar que eram obrigadas a usar as vestimentas muçulmanas, sendo oprimidas e/ou sofrendo algum tipo de violências. Acredito que isso se deve ao fato de, no período escolar, tanto os professores quanto nos livros didáticos, não houve um esclarecimento dos equívocos que as produções midiáticas transmitem sobre as mulheres no islã.

Por isso, o resultado deste trabalho foi deveras satisfatório, pois, através de uma análise detalhada dos livros didáticos disponibilizados pelo PNLD, foi possível evidenciar como o tema é ainda abordado.

¹⁰ *Sharia* é o código de leis islâmicas baseado na interpretação do Corão e do *hadith* (lendas e histórias sobre a vida do profeta Maomé). Esse código é aplicado de maneira rígida em países como Arábia Saudita, Afeganistão, Paquistão, Indonésia, Sudão, Nigéria e Catar.

2. O QUE É O PNLD

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um programa do governo federal que tem como objetivo disponibilizar materiais didáticos adequados para todos os níveis educacionais nas escolas públicas. Os livros são escolhidos pela própria escola e passam por uma avaliação pedagógica realizada pelo Ministério da Educação (MEC) antes de serem indicados ao corpo docente.

O PNLD é de responsabilidade do MEC e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa atende de forma alternada os quatro ciclos educacionais: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, distribuindo, de forma sistemática, regular e gratuita, obras didáticas e materiais de apoio às práticas educativas e docentes. Para participar do PNLD, a instituição pública deve participar do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo indispensável que a rede na qual está vinculada tenha feito adesão formal ao programa, conforme determinação da Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. Esse critério vem sendo adotado desde o ano de 1995.

A distribuição do material didático é realizada por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Cassino (2007) destaca que essa parceria com o Ministério da Educação rendeu aos correios do Brasil o prêmio World Mail no ano de 2002, uma vez que esse material tem sido entregue com pontualidade, chegando às escolas brasileiras antes do início do ano escolar letivo.

O PNLD está inserido dentro de um dos mais antigos programas governamentais. Teve sua origem a partir do Instituto Nacional do Livro (INL) criado no ano de 1929. Contudo, esse projeto somente se concretizou por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, tendo como seu Ministro da Educação Gustavo Capanema. Seu principal objetivo era organizar a política educacional das bibliotecas e dos livros.

De tal modo, o Livro Didático ganha destaque em 1938, através do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, estabelecendo a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a qual normatizou as condições de utilização dos didáticos em todo o território nacional. “Entre as responsabilidades da CNLD estavam examinar, avaliar e julgar os livros didáticos, concedendo ou não autorização para o seu uso nas escolas”. (MANTOVANI, 2009, p. 27).

A CNLD foi criada durante o período do Estado Novo, o que fortaleceu a sua tarefa de fazer um controle na escolha dos livros didáticos a ser implantado nas escolas, uma vez que o principal objetivo político da época era desenvolver o espírito nacionalista. (MANTOVANI, 2009). Os livros didáticos deveriam passar por uma análise criteriosa. Somente as obras que fossem aprovadas poderiam ser distribuídas às instituições de ensino.

Os livros didáticos autorizados recebiam um número de registro, que aparecia na capa, juntamente com a frase: “Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação”. A reedição de livros didáticos autorizados que não possuísem grandes alterações não precisava passar por nova avaliação, mas a reedição deveria ser comunicada à CNLD. Em janeiro de cada ano, o Ministério da Educação publicava no Diário Oficial a relação de livros didáticos de uso autorizado. (FILGUEIRAS, 2011, p.23).

Na década de 1960, sob a Ditadura Militar, o governo brasileiro, em parceria com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), admitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), tornando este o órgão responsável por coordenar a elaboração, a edição e a distribuição dos livros didáticos. Seu objetivo era distribuir de forma gratuita 51 milhões de livros no período de três anos. (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1997). A COLTED foi extinta no ano de 1971, quando foi criado pelo INL o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), que assumiu os recursos financeiros que até então estavam sob a responsabilidade da COLTED.

Novamente, em 1976, a política em torno dos livros didáticos sofreu transformações através do Decreto-lei 77.107, que além de extinguir o INL, transferiu a responsabilidade do PLIDEF para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Contudo, em 1983, a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Assim, em 1985, durante o período de redemocratização do país com o fim da Ditadura Militar, foi criado efetivamente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) através do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, que substituiu o PLIDEF e trouxe algumas mudanças na escolha e na utilização dos livros didáticos entre elas a:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias;

- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha do livro pelos professores¹¹ (20--).

Durantes seus primeiros anos, o PNLD ficaria sob responsabilidade da FAE. Somente em 1997, com a sua extinção, a responsabilidade pela política de execução do PNLD seria transferida a FNDE.

Fernandes (2011) ressalta que a criação do PNLD foi um importante passo no campo da política educacional no Brasil, pois proporcionou o início de um processo gradativo de distribuição de livros didáticos para os alunos do ensino fundamental nas escolas brasileiras. O PNLD inicialmente foi marcado pela irregularidade na distribuição dos recursos devido às limitações orçamentárias que colocaram em risco a distribuição dos livros didáticos. Somente em 1993, o financiamento de um fluxo de verbas regulares para o PNLD foi instituído, além da formação de uma comissão destinada a avaliar a qualidade dos livros adquiridos pelo governo.

Para Cassino (2007), é a partir de 1995 que programa se legitima, pois passa a contar com recursos regulares e alterações substanciais, dando enfoque à aquisição e à distribuição universal e gradativa dos livros didáticos para o ensino fundamental. Esse fator colaborou para que, em 1996, oficialmente, o MEC iniciasse o processo de avaliação pedagógica para todos os livros inscritos no PNLD.

A implantação dos critérios avaliativos das obras inscritas no PNLD e a universalização da distribuição dos livros didáticos para os alunos do ensino fundamental foram marco inicial para o estabelecimento de um conjunto de procedimentos que permitiram a consolidação do PNLD como um programa destinado a distribuição de livros. (ZAMBON; TERRAZZAN, 2013).

Quanto ao tempo de uso dos livros pelo alunado, o material foi organizado de forma cíclica. Ao início de cada ano letivo, o aluno recebe um livro didático de cada disciplina para ser utilizado ao longo do ano letivo. No final do ano, o material didático deve ser devolvido à escola para que outro aluno possa utilizá-lo no próximo ano letivo. Essa organização vale por três anos consecutivos, ou seja, a partir de 1996 o livro didático aprovado pelo PNLD tinha a vigência de trienal.

Assim, inaugurou-se um modelo no processo de escolha e de utilização dos materiais didáticos que se manteve até 2017. As obras são inscritas pelas próprias editoras e, para

¹¹Dados dos tópicos retirados do Histórico do PNLD. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>>. Acesso em 02.abr.2020.

constar se cumprem as exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de pesquisa do estado de São Paulo (IPT). Os livros aprovados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB) que coordena o processo de avaliação pedagógica das obras inscritas. A banca avaliadora anteriormente era composta em parcerias com universidades públicas e formada por professores especializados em cada área do conhecimento e por docentes da educação básica. “O resultado da avaliação resulta nos *Guias de Livros Didáticos*, que contém as resenhas dos livros aprovados para a compra governamental e são encaminhados para as escolas para subsidiar as escolhas dos professores”. (CASSIANO, 2007, p.64).

Para Furtado e Gagno (2009), a importância da elaboração dos *Guias de Livros Didáticos* possibilitou que os erros conceituais e as questões relacionadas à elaboração nos livros didáticos fossem gradativamente suprimidos, além de permitir que os critérios de avaliação fossem aperfeiçoados a cada ano.

Durante os primeiros anos do programa, o PNLD teve como campo de atuação a distribuição de livros didáticos para alunos do Ensino Fundamental. No entanto, a partir de 2003, o MEC iniciou um processo de ampliação e de universalização do programa através da Resolução CD/FNDE nº. 38, de 15 de outubro de 2003, que instituiu a criação do Programa Nacional do Livro Didático para Ensino Médio (PNLEM).

A ampliação do programa do livro para o ensino médio pode ser entendida como parte de uma política mais ampla de expansão dessa etapa da escolaridade. Inicialmente, o PNLEM foi desenvolvido em caráter “experimental” no âmbito do que foi chamado de Projeto-Piloto (2005- 2007). (ZAMBON; TERRAZZAN, 2013, p.588).

Uma nova ampliação, dessa vez visando atender a educação de jovens e adultos, ocorreu em 2007 a partir da Resolução CD/FNDE nº. 18, de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). A incorporação do PNLA e do PNLEM ao PNLD ocorreu em 20 de novembro de 2009, a partir da Resolução CD/FNDE nº 60.

Atualmente, o PNLD passou pela sua mais recente reformulação. Aprovado através do decreto lei 9.099, de 18 de julho de 2017, o PNLD passou a significar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, sendo responsável, não apenas pela escolha dos livros didáticos, mas também por qualquer outro material considerado de apoio às práticas educativas. Assim, passam a serem incluídos, além dos livros impressos, conteúdos de multimídia tais como

materiais digitais complementares e livros digitais tanto de uso em meio físico como em ambientes virtuais de aprendizagem. (CAMILO; PEREIRA, 2018).

Outra modificação deu-se na abrangência do programa, que passa a atender também as instituições confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniados ao Poder Público. Sobre a vigência de reutilização do livro didático nas escolas, é ampliado de três para quatro anos de uso, tendo como exceção os livros descartáveis¹².

Quanto ao processo escolha dos materiais, o novo PNLD tem apresentado pontos polêmicos. Para Cassiano (2020), além do novo programa excluir a participação das universidades públicas do processo avaliativo das obras, as transformações que o PNLD sofreu a partir de 2017 apresentam grande preocupação ao corpo docente, uma vez que estes correm o risco de perder a autonomia sobre o processo de escolha dos materiais didáticos que serão utilizados em suas aulas. Camilo e Pereira (2018) complementam que a gestão centralizadora retorna com o novo programa, pois, anteriormente, os professores tinham a liberdade para escolher o livro didático que atendesse às suas expectativas de ensino; contudo, o novo PNLD transfere essas responsabilidades de escolha para a Secretaria da Educação de cada Estado.

¹² Em primeiro momento, foi estudado pelo MEC a possibilidade de uma ampliação em até seis anos de uso dos materiais didáticos.

3. O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA NO BRASIL

A utilização dos livros didáticos como fonte de pesquisa no Brasil é algo relativamente recente em nossa historiografia. Foi apenas nas últimas décadas do século XX que os pesquisadores e historiadores passaram a olhar de forma mais atenta para essa ferramenta metodológica muito utilizada pelos docentes em sala de aula.

Uma intensa transformação no campo historiográfico mundial inicia-se no final do século XIX início do século XX. “Nesse cenário surge a História Cultural e a História Social que começam a estudar novos objetivos e ações de sujeitos na História”. (MEDEIROS, 2015, p. 185). Essa necessidade de uma transformação para além do tradicional campo de pesquisa historiográfica influenciou um processo de renovação das fontes historiográficas, inserindo-se um tratamento interdisciplinar da história, que passa a contar com a participação de ciências tais como a antropologia, a psicologia, a linguística, arqueologia entre outras. (VIEIRA, 2015). Assim, a denominada Nova História Cultural passa a incorporar estudos relacionados a temáticas que abordam não somente expressões culturais das camadas privilegiadas da sociedade, mas também a sociedade de modo geral em sua coletividade, ou seja, abrangendo as representações sociais até então desprezadas pela História Tradicional.

Para Caimi (2008), foi ainda no século XIX que a História se constituiu como a ciência da reconstrução do passado, e o documento impresso e/ou manuscrito como fonte privilegiada de informações a serem analisadas. Essas novas formas de fazer e produzir o conhecimento histórico possibilitou a inserção de novos documentos como fonte de pesquisa para a Nova História Cultural, entre eles o livro didático utilizado nas escolas.

Para Salles (2011), a história cultural tem assumido um lugar de destaque entre os historiadores brasileiros, principalmente no contexto educacional, pois se trata de partes integrantes dos fenômenos culturais. Assim, os livros didáticos passaram a ser utilizados como fontes de pesquisas históricas e, sob a influência da história cultural, não somente o livro em si passa a ser analisado, mas também os meios de leituras e as interpretações que dele se faz.

Contudo, a utilização dos livros didáticos como fonte de pesquisa no Brasil levaria um tempo a mais para ser efetivamente iniciada. Enquanto nos países europeus a pesquisa crítica e científica dos livros didáticos encontrava-se em estado avançado, no Brasil, essas pesquisas viram-se, por longas décadas, limitadas a pequenos estudos isolados realizados dentro dos cursos de pós-graduação das universidades e sem a atenção merecida por parte dos técnicos que faziam a política em torno desse material. (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1997). Para Choppin (2004), o pouco interesse até então demonstrado pelos manuais escolares vai ao

encontro das dificuldades de acessos às coleções antigas, pela sua incompletude e dispersão, mas também pela grande quantidade de produções.

As recentes pesquisas reforçam essas dificuldades de trabalhar com esse material, efetivando a dificuldade em se localizar os livros didáticos, justamente, por tratar de um material considerado descartável. Atualmente, não existe uma política de conservação dos livros didáticos após seu tempo de utilização pelos alunos nas escolas. Por isso, os livros frequentemente são descartados em lixeiras ou enviados para as usinas de reciclagem.

Bittencourt (1993) reforça o desafio em se trabalhar com esse tipo de fonte, pois a característica do produto a ser consumido em um curto tempo, principalmente pelas frequentes reformas curriculares educacionais, garante a grande triagem de exemplares; contudo, por se tratar de um material pouco preservado, raramente é encontrado em locais adequados de conservação e em muitos casos com extrema precariedade.

Somente a partir dos anos de 1980 é que o livro didático passa a ser visto como uma fonte de pesquisa significativa para os historiadores brasileiros. O grande interesse por parte da historiografia nacional em realizar uma análise sobre as produções didáticas que circulavam o mercado editorial brasileiro impulsionou o crescimento das pesquisas desse material dentro dos programas de pós-graduação. Segundo Bittencourt (2011, p. 490)

No Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre livros didáticos tiveram um constante crescimento em programas de pós-graduação a partir da década de 1980, com análises desse material em diversas áreas e em várias disciplinas escolares.

Bittencourt (2005) ainda ressalta que as pesquisas realizadas sobre as produções didáticas têm chegado a diversas conclusões, sendo ainda um objeto cujo enfoque varia de acordo com o campo a ser pesquisado, podendo alternar entre história, política e economia, linguística e pedagogia aplicada a cada obra. As referentes análises sobre a política e a economia em torno dos livros didáticos procuraram deixar explícitas que este material não possui uma história própria, sendo apenas uma consequência de uma série de leis, normativas e decretos governamentais, em que o grande responsável pela política do livro didático no Brasil é o próprio governo que, além de estabelecer as coordenadas econômicas desse material, é não somente o responsável pela seleção dos conteúdos, mas também a entidade que determina seu tempo de utilização e o ritmo de produção e distribuição das obras.

Segundo Freitag, Costa e Motta (1997), a produção dos livros brasileiros, desde a sua formulação até sua confecção, é assegurada por editoras particulares, das quais o Estado compra esse material pronto após ter sido aprovado pelas comissões responsáveis por avaliar

o material, definido, assim, o livro didático como uma questão nacional, mas também como um produto de alto interesse econômico para as editoras. Por causa disso, esse material torna-se uma mercadoria produzida pela indústria cultural e, conseqüentemente, assume todas as características dessa indústria.

O livro didático é, antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece a evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. (BITTENCOURT, 2005, p.71)

As características mercadológicas as quais os didáticos estão submetidos destacam as influências do mercado editorial. Este, durante a construção desses materiais, permitirá a interferência de vários profissionais que tratam de transformar esses livros em uma mercadoria atraente e, conseqüentemente, em um objeto de maior consumo da cultura escolar.

Além disso, por ser uma mercadoria, os livros didáticos sofrem as influências das políticas educacionais da sua época. Por ele ser um objeto cultural com inúmeras possibilidades de análise, entre elas as de caráter ideológico, este material pode servir como um facilitador das reproduções ideológicas do Estado. Os livros didáticos são importantes veículos portadores de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, que, em seus textos, transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes que generalizam temas como família, etnia, crianças, levando em consideração a sociedade em que estão inseridos. (BITTENCOURT, 2005). Assim, é importante analisar os materiais didáticos através da perspectiva crítica de um produto elaborado e destinado à comercialização que sofre as influências das políticas educacionais, sociais e econômicas do contexto social ao qual se está inserido. “O Manual didático, enquanto produto cultural produzido em determinada época, traz consigo peculiaridades indeléveis do período histórico ao qual faz referência”. (SALLES, 2011, p. 12).

Outra característica típica da indústria cultural que transparece nos didáticos é o grau de padronização presente nas obras. Os historiadores são unânimes em constatar que as diferenças existentes entre os livros de uma editora para outra, ou de um autor e outro, são mínimas. Essa padronização entre as obras ocorre devido à influência das normativas estabelecidas pelo Estado, assegurando os livros didáticos como um produto homogêneo. “Para entender o livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições” (BITTENCOURT, 2005, p. 73). Assim, a realização das práticas da leitura possibilita a pesquisa e a análise das diferentes formas de leituras e entendimento dos textos contidos nas

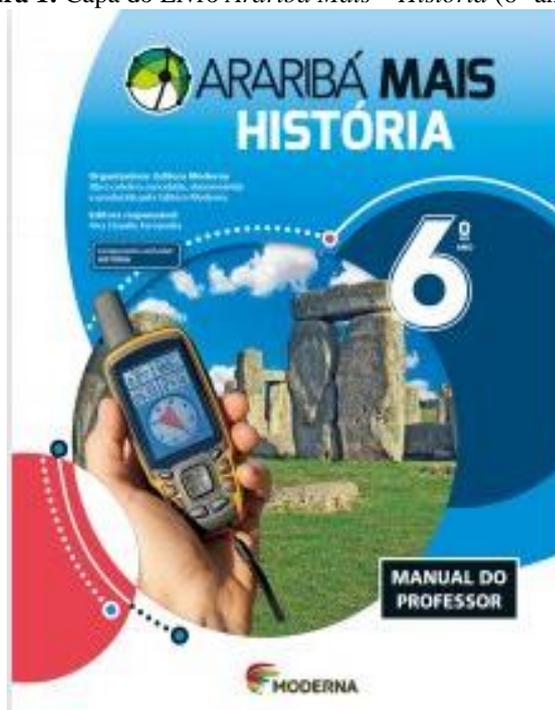
obras por seus leitores. Para Chartier (2002), existe um distanciamento entre os sentidos atribuídos pelo autor e os sentidos absorvidos por seus leitores. Dessa forma, existem múltiplas maneiras de ler e de compreender o mesmo material, sendo necessário reconhecer a pluralidade da leitura de uma mesma obra.

Como os livros didáticos são materiais de apoio às práticas pedagógicas e uma importante ferramenta de auxílio aos docentes, a linguagem contida nos manuais escolares procura produzir uma condição de entendimento mais simplificada e acessível ao seu público alvo, os estudantes. Além dos textos inseridos nas obras, a historiografia também tem se preocupado em pesquisar as ilustrações presentes nos livros. Moreira (2012) avulta que não somente a história das edições escolares em torno da indústria editorial e as formas de leitura dos manuais têm sido uma vertente que vem ganhando espaço, mas também a ilustração nos livros didáticos tem sido permeada como uma nova fonte investigativa ampliando ainda mais as possibilidades de análise desse material.

4. ANÁLISE DA OBRA *ARARIBÁ MAIS - HISTÓRIA*

A coleção *Araribá Mais – História* é publicada e organizada pela editora moderna, tendo Ana Cláudia Fernandes como editora responsável. A obra está aprovada no *Guia do PNLD de 2020* pelo código 0324P20042, sendo composta por quatro volumes que abrangem os anos finais do Ensino Fundamental (6º, 7º, 8º, 9º).

Figura 1: Capa do Livro *Araribá Mais – História* (6º ano E.F)



Fonte: Site editora Moderna PNLD

Conforme publicado no *Guia de livros didáticos do Ensino Médio*¹³, cada um dos quatro volumes do livro *Araribá Mais-História* é organizado em oito unidades temáticas compostas por dois a quatro capítulos. Estes são apresentados em uma ordem cronológica linear, abordando a História da Europa, do Brasil, da América, da África e da Ásia de forma integrada.

Na abertura de cada unidade, o livro apresenta uma imagem em página dupla com legendas e um texto com questões relacionadas com o conteúdo a ser estudado, procurando valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre a temática. Similarmente, cada capítulo é contemplado com uma imagem e um texto que procuram introduzir o seu leitor ao

¹³Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2020: história – guia de livros didáticos/** Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF. 2019.

tema principal, criando uma relação entre o conteúdo e as questões que envolvem a sua atualidade. Além disso, a obra é repleta de iconografias com mapas, fotografias, pinturas, sessões complementares, análise de fontes históricas, dicas de filmes e sites, glossários e atividades ao final de cada capítulo e sessão.

A obra propõe o desenvolvimento da compreensão leitora e da interpretação de fontes históricas, por meio de uma conduta historiadora, possibilitando ao estudante compreender os procedimentos de produção do conhecimento histórico. (BRASIL, 2019, p.81)¹⁴

Quantos aos temas associados à religiosidade, não há especificação. Contudo, o Guia procura evidenciar a representação de temáticas que abordam a diversidade cultural das experiências humanas, rompendo com a perspectiva de uma história linear eurocêntrica. Além disso, a coleção tem como objetivo promover a cultura da paz, valorizando os direitos humanos em sua magnitude.

Sobre a representatividade das mulheres, o Guia destaca que na coleção *Araribá Mais – História* “a obra trata, em diferentes seções, ao longo do texto didático e das atividades, da presença feminina na História, seja no cotidiano, seja na política favorecendo visões de respeito à mulher em sociedades antigas e atuais”. (BRASIL, 2019, p. 84).

Assim, o primeiro contato com o Islã encontra-se presente no livro destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental, na Unidade VII “O Nascimento do Mundo Medieval”, sendo estudada no Capítulo dezessete da presente unidade “O Nascimento do Islamismo e o Império Muçulmano”. O capítulo encontra-se dividido em nove subtítulos que abordam desde os povos antigos da Arábia até a influência cultural e científica dos muçulmanos.

Quanto à abertura das unidades e dos capítulos, a obra cumpre fielmente todos os requisitos descritos no Guia. A imagem de abertura da Unidade VII apresenta a mesquita de Mohammad Al-Amin, ao lado da Igreja de São Jorge, ambas localizadas em Beirute no Líbano. Além disso, logo em seguida, um texto retoma a aprendizagem das unidades anteriores. Esse texto procura fazer o leitor refletir sobre o que já ouviu falar do Islã.

A abertura do capítulo “O Nascimento do Islamismo e o Império Muçulmano”, apresenta um pequeno texto introdutório que destaca a localização e as condições geográficas, econômicas e culturais dos povos que dominaram a antiga Arábia. Para melhor compreensão, é apresentado um mapa da Península Arábica do século VII que auxilia o seu leitor a localizar-se geograficamente.

¹⁴ Conforme publicado no Guia dos livros didáticos – História 2020

De análise ampla, o capítulo encontra-se dividido em subtítulos que traçam uma linha cronológica da história dos povos da Arábia antes e depois do surgimento do Islã. Seguindo fielmente essa cronologia, a obra aborda a organização social presente na península antes do surgimento o Islã, destacando a organização social, as relações cotidianas e o politeísmo praticado pelos antigos árabes. Outros temas abordados são: a cidade de Meca e sua transformação em uma cidade de dupla característica; o centro comercial e o grande centro religioso; e o nascimento do Profeta Maomé e como este instituiu uma ordem religiosa monoteísta na Península Arábica.

Sobre o Profeta Maomé, a obra salienta o contado do profeta, que era um comerciante, com as crenças judaicas e cristãs em suas viagens: a Revelação que o profeta teve aos 40 anos de idade através do anjo Gabriel que o declarou o profeta de Deus e as perseguições sofridas ao proferir a nova fé e a Hégira¹⁵.

Quanto às mulheres na religião, a obra apresenta a temática na sessão “Lugar e Cultura” com o título: “A mulher no Islã”. O pequeno texto procura criar um diálogo sobre a visão predominante que o Ocidente cria sobre o tratamento dado às mulheres islâmicas. No primeiro parágrafo, é destacado como o desconhecimento e/ou o preconceito transmitem uma imagem errônea sobre as muçulmanas.

Atualmente, a condição da mulher no mundo muçulmano é objeto de grandes polêmicas. Por desconhecimento ou preconceito a imagem predominante no Ocidente é de que as muçulmanas são tratadas como seres inferiores e privadas de direitos. Será que essa visão expressa a realidade de toda a comunidade Islâmica? (FERNANDES, 2018, p.202)

Na sequência, o livro procura criar um parâmetro comparativo entre o antes e o depois da sociedade, abordando que, no período que antecede a islamização da península, a prática do infanticídio feminino, dos casamentos arranjados e da submissão da mulher aos homens da família era algo comum. Assim, o texto ressalta que, através da islamização do território, essas práticas foram condenadas pelo Profeta. “Segundo a tradição islâmica. Maomé condenou essas práticas, afirmou a igualdade entre homens e mulheres perante Deus e recomendou que elas fossem tratadas com dignidade”. (FERNANDES, 2018, p.202).

Armstrong¹⁶ (2008) reforça que as primeiras conversões ao Islã ocorreram entre mulheres, uma vez que o próprio Profeta manifestava o desejo que lhes garantir uma maior emancipação. Assim, o Corão proíbe estritamente a prática do infanticídio e o assassinato de

¹⁵ Fuga do Profeta de Meca para Medina, marcando o início do calendário islâmico.

¹⁶ ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus**: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

meninas, reprovando a amargura e o desprezo perante o nascimento de uma mulher.

A sessão ainda ressalta que as antigas práticas que se referem ao tratamento dado às mulheres na península arábica, as quais foram condenadas por Maomé, iniciaram um processo de transformação no cotidiano feminino entre as mulheres ocidentais e as muçulmanas. A sessão ainda procura fazer o seu leitor refletir que neste mesmo período as mulheres ocidentais também sofriam com regimes privativos impostos pela sociedade da época. Assim, é superficialmente comparado que essa transformação da posição da mulher no mundo islâmico garantiu mais direitos do que se comparado às mulheres da Europa ocidental.

Para fortalecer as orientações do Profeta Maomé sobre o modo de tratamentos das mulheres, o texto cita que no Corão existem passagens que garantem os direitos das mulheres.

O próprio Alcorão apresenta diversas passagens relativas aos direitos das mulheres. De acordo com o texto sagrado, a mulher tem, por exemplo, os direitos à propriedade, à herança, de pedir divórcio e de estudar. Pela tradição, ela também pode escolher com quem deseja se casar, manter seus negócios e usar métodos contraceptivos. (FERNANDES, 2018, p.202)

A sessão finaliza com um dos pontos mais polêmicos: a violação dos direitos das mulheres em vários países muçulmanos. Sem um aprofundamento sobre o assunto, a obra ressalta que, por uma interpretação radical das leis islâmicas em vários países muçulmano, as mulheres são privadas de seus direitos. Além disso, cita como exemplo a Arábia Saudita, um país onde as mulheres devem obediência e submissão aos homens, porém não explica que o que país está submetido à lei da Sharia. Contudo, vale ressaltar que, apesar da coleção ser desse ano, alguns dos aspectos apontados no texto sobre as privações das mulheres recentemente foram revogados nestes países, um deles sendo o direito de dirigir conquistado em 2018 pelas mulheres sauditas.

A sessão não aborda em textos os discursos sobre o uso do hijab utilizado pelas mulheres muçulmanas em locais públicos, tema que atualmente se apresenta como uma das principais polêmicas entre os ocidentais. Isso se deve pelo fato do hijab ser interpretado como um símbolo da imposição e da opressão. Também não é evidenciado que em muitos países europeus, como por exemplo, na França, existem leis que proíbem o uso das vestimentas muçulmanas em locais públicos. Segundo o tribunal francês e o de vários outros países europeus, o motivo da proibição das vestimentas muçulmanas se deve a necessidade das autoridades conseguirem identificar facilmente o rosto dos indivíduos que circulam pelos

locais públicos, a fim de prevenir possíveis atentados terroristas, protegendo as pessoas e os bens patrimoniais bem como prevenindo a fraude de identidade.

Na mesma página, ainda é apresentada a imagem de mulheres durante um protesto contra o assédio sexual ocorrido no Egito em 2012. Na legenda das imagens, a descrição enfatiza que em vários países de maioria muçulmana as mulheres têm se mobilizado em busca de assegurarem seus direitos.

Figura 2: Mulheres em protesto no Cairo - EG



Em vários países de maioria muçulmana, as mulheres se mobilizam e conquistam direitos. Protesto contra o assédio sexual no Cairo, Egito, em 2012.

Fonte: FERNANDES, 2018, p. 202

Contudo, o livro não menciona a existência de grupos feministas islâmicos que procuram, através de novas interpretações das escrituras sagradas do Islã, garantir o projeto de emancipação da mulher muçulmana.

O feminismo islâmico é um movimento que se autodefine por objetivar a recuperação da ideia de ummah (comunidade muçulmana) como um espaço compartilhado entre homens e mulheres. Para isso, utiliza a metodologia de releitura das escrituras do Islã por meio das práticas de ijtihad (livre interpretação das fontes religiosas) e da formulação analítico-discursiva de busca pela justiça e pela emancipação das mulheres, que seriam expostas nas releituras dos textos sagrados numa perspectiva feminista. A espinha dorsal dessa metodologia é a prática do tafsir (comentários sobre o Alcorão). Além do Alcorão, também são objetos de releituras os ahadith (dizeres e ações do profeta Muhammad) e o fiqh (jurisprudência islâmica). (LIMA, 2014, p. 681)

Como proposta de encerramento da sessão, o livro sugere uma atividade em grupo a fim de incentivar os alunos a pesquisarem nas plataformas digitais protestos organizados por mulheres ocorridos em países de maioria muçulmana e as reivindicações das manifestantes. Essa é uma das ferramentas utilizadas pela organizadora para abranger os conhecimentos de

seu leitor sobre a temática feminina, sinalizando o texto como apenas uma introdução para a realização de pesquisas mais amplas por parte dos alunos.

Ainda no mesmo capítulo, as mulheres voltam a ser mencionadas, contudo, de forma conjunta, referindo-se à comunidade muçulmana europeia nas atividades da sessão “Lugar e Cultura”. Quanto às atividades propostas, a obra utiliza uma charge publicada em 2009 pelo jornal austríaco *Kleine Zeitung* e uma reportagem do jornal alemão *Deutsche Welle* (DW, 2012). Na charge, são retratadas três catedrais hostilizando uma pequena mesquita. Em seguida, são disponibilizados trechos da reportagem do jornal DW, o qual enfatiza a série de preconceitos que a comunidade muçulmana tem passado nos países europeus, mencionando a discriminação vivenciada pelos muçulmanos e destacando, principalmente, a área da educação devido à proibição do uso do véu e dos símbolos religiosos nas escolas e no mercado de trabalho¹⁷.

Demant (2011) ressalta, ainda, que na Europa ocorreu o que chamamos de islamofobia demográfica, sendo acalentada pela crise econômica que reforçou as reações xenofóbicas. Assim, as reações contrárias aos imigrantes recém-chegados deram-se principalmente nas características que os diferem, ou seja, na questão religiosa.

Finalizando o capítulo, a sessão “Ser no Mundo” apresenta dois subtítulos: “Islamismo Hoje”, que apresenta uma relação entre o surgimento da religião ainda no século VII e como atualmente o Islã está presente em várias regiões do mundo incluindo o Brasil, e o subtítulo “As muçulmanas conquistam novos espaços”.

Antecedendo o subtítulo “As muçulmanas conquistam novos espaços”, a obra apresenta no canto esquerdo uma fotografia de duas mulheres egípcias, uma delas utiliza o Hijab durante uma partida de vôlei de praia disputada no Rio de Janeiro durante os jogos olímpicos de 2016. O texto procura destacar como as mulheres muçulmanas têm procurado conciliar a fé religiosa com as práticas do mundo contemporâneo e como elas vêm ganhando novos espaços de atuação. Assim, a obra utiliza como exemplo as práticas esportivas que eram reservadas somente aos homens e como as mulheres recentemente asseguraram o direito de representar seu país em competições esportivas internacionais. Segundo a obra:

As mulheres muçulmanas vêm procurando ganhar novos espaços na sociedade – espaços esses que, muitas vezes, por tradição, eram reservados somente aos homens. Conciliando a fé com as práticas do mundo atual, estão transformando sua realidade. O direito de praticar esportes e de participar de competições esportivas

¹⁷ Os discursos de ódio e a discriminação contra a comunidade muçulmana, seja na Europa, seja na América, têm sido acalentados, principalmente, após os atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos, e do 7 de julho de 2007, no Metro de Londres.

internacionais, por exemplo, foi recentemente adquirido por mulheres muçulmanas em alguns países. Foi o caso das atletas presentes nos Jogos Olímpicos que ocorreram no Rio de Janeiro, em 2016. (FERNANDES, 2018, p.205)

Abaixo do texto, a organizadora do livro utiliza novamente um trecho de uma matéria jornalística, além da imagem das jogadoras. O trecho da matéria é utilizado como meio reflexivo para que o leitor responda a um pequeno questionário de três perguntas presente ao final da sessão. Além de destacar fortemente a figura de Doaa Elghobashy¹⁸, pois ela é a jogadora fotografada utilizando o hijab, a obra procura incentivar o leitor a realizar uma pesquisa para responder ao questionário, cumprindo com umas das competências propostas na obra didática e registrada no Guia.

Figura 3: Sessão “Ser no Mundo”

Não escreva
NO LIVRO

É interessante lembrar que existe uma diferença entre ser árabe e ser muçulmano. O árabe é o indivíduo que pertence a um povo de língua e cultura árabes. Há árabes muçulmanos, cristãos e de outras crenças. O muçulmano é o seguidor da religião islâmica, que pode ser árabe ou não. Assim, nem todo árabe é muçulmano, da mesma forma que nem todo muçulmano é árabe.

As muçulmanas conquistam novos espaços

As mulheres muçulmanas vêm procurando ganhar novos espaços na sociedade – espaços esses que, muitas vezes, por tradição, eram reservados somente aos homens. Conciliando a fé com as práticas do mundo atual, estão transformando sua realidade.

O direito de praticar esportes e de participar de competições esportivas internacionais, por exemplo, foi recentemente adquirido por mulheres muçulmanas em alguns países. Foi o caso das atletas presentes nos Jogos Olímpicos que ocorreram no Rio de Janeiro, em 2016.

[...] No vôlei de praia, uma atleta chama a atenção na Praia de Copacabana: nada de top, nada de biquini. Doaa Elghobashy, de 19 anos, joga de *hijab*, uma espécie de véu sobre a cabeça, e calça, já que não pode mostrar as pernas.

Mas ela não vê nisso um problema. Para a sportista, não se rapinha nada para se atirar no chão, por exemplo. Pelo contrário, Doaa gosta e se orgulha da roupa. Neste domingo, a jogadora entrou para a história com sua parceira Nada Meawad, que é muçulmana mas não usa a vestimenta, somente a calça, como membro da primeira dupla do Egito a disputar uma Olimpíada nessa modalidade.

FRUCKE, Gabriel. Usando véu e calça, egípcias entram para história olímpica do país. *Globo Esporte*, 7 ago. 2016. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/volei-de-praia/noticia/2016/08/1/damiano-veu-e-calca-egipcias-oo-1-dupla-da-historia-do-pais-na-olimpiada.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018.



A egípcia Doaa Elghobashy e sua parceira Nada Meawad comemoram ponto em partida de vôlei de praia nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

- 1 Por que Doaa Elghobashy entrou para a história olímpica de seu país, o Egito?
- 2 O trecho da reportagem dá destaque à vestimenta da atleta muçulmana. Para a jogadora de vôlei Doaa Elghobashy, como é o uso do *hijab* e as vestimentas adequadas à sua tradição religiosa enquanto pratica esporte?
- 3 Procure no dicionário o significado do termo “empatia”. Depois, responda: Você acha que para compreender uma cultura diferente da nossa é necessário empatia? Por quê? Com o esse caso se aplica à atleta da reportagem?

20

Fonte: FERNANDES, 2018, p. 205

¹⁸ Jogadora de vôlei de praia egípcia muçulmana que se destacou durante a Olimpíada Rio 2016 justamente por utilizar a vestimenta muçulmana durante as partidas disputadas.

Ao longo dos quatro volumes da *Obra Araribá Mais – História*, o tema Islã é abordado nas edições de 6º ano e 9º ano. Contudo, ao retratar as mulheres na religião, a obra destaca, ainda que superficialmente, esse tema apenas na edição indicada para o 6º ano.

Na edição do 9º ano do Ensino Fundamental, o Islã é abordado no contexto do mundo globalizado, na unidade VIII “O mundo globalizado”, retratando o tema Fundamentalismo religioso, que abarca o Islã, e no Capítulo dezenove “Inovações e desafios do mundo globalizado” da presente unidade. O livro menciona o contexto das guerras e a forte presença do fundamentalismo Islâmico no mundo atual. Nesse volume, o livro se dedica a fazer uma explicação aprofundada sobre o radicalismo, abordando a guerra no Oriente Médio, a formação dos grupos radicais como a Al-Qaeda¹⁹ e o Estado Islâmico²⁰, além dar um destaque especial a questão dos refugiados. Todavia, não é mencionado que grande parte das opressões atuais que as mulheres passam em vários países muçulmanos têm a forte influência do Fundamentalismo que oprime e retira o direito à liberdade e aos estudos de mulheres islâmicas.

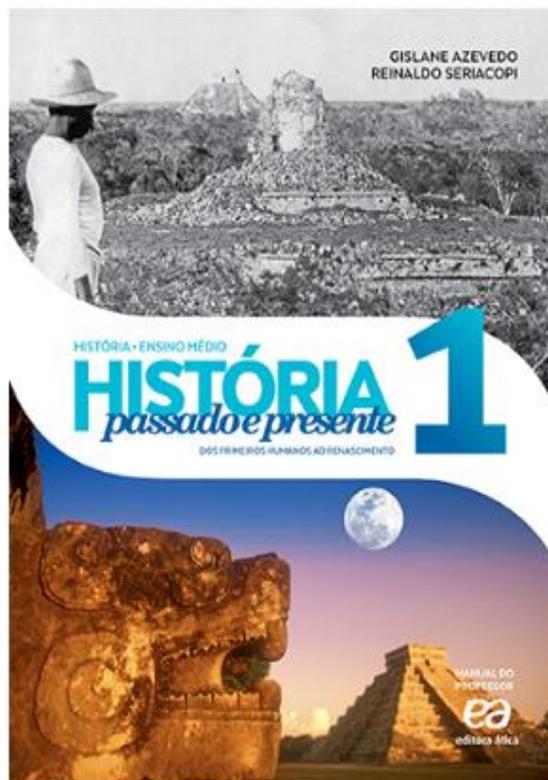
¹⁹Trata-se de uma organização fundamentalista Islâmica fundada em 1988 por Osama Bin Laden, sendo principal responsável pelos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001 nos EUA.

²⁰Grupo fundamentalista Islâmico criado após a invasão norte-americana no Iraque em 2003.

5. ANÁLISE DA OBRA *HISTÓRIA – PASSADO E PRESENTE*

A coleção *História - Passado e Presente* é publicada pela editora Ática, sendo de autoria da Professora universitária e Mestre em História Social Gislane Azevedo e pelo Bacharel em língua portuguesa e editor especializado na área de história Reinaldo Seriacopi. A obra foi aprovada no *Guia do PNLD* de 2018 pelo código 0027P18043, sendo composta por três volumes destinados ao primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio.

Figura 4: Capa do Livro *História – Passado e presente* (1º ano E.M.)



Fonte: Site e-docente

A obra estrutura-se em quatro unidades conceituais que variam entre dois a cinco capítulos, abordando a História da Europa, do Brasil, da América, da África e da Ásia, em ordem cronológica. Segundo o *Guia de livros didáticos do Ensino Médio*²¹, cada unidade é fundamentada em conceitos que possibilitam a compreensão do mundo contemporâneo, procurando referenciar historiadores a fim de auxiliar no desenvolvimento reflexivo e na compreensão histórica através de uma escrita científica com base na diversidade documental das fontes.

²¹BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/** Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF. 2017. 108 p.

Na abertura de cada unidade, o livro constantemente apresenta um pequeno texto introdutório acompanhado de fotos que introduzem a reflexão sobre conceitos importantes para a atualidade do seu leitor. Similarmente, na abertura dos capítulos, existem pequenos textos que procuram criar um diálogo entre o passado e o presente, seguido por imagens de eventos atuais. Além disso, o livro possui sessões complementares, ricas em imagens, mapas, fotografias, análises de fontes históricas e esquemas-resumos que proporcionam uma leitura agradável para seu leitor.

O enfoque da coleção recai sobre a relação passado-presente, ao reservar espaço aos textos e atividades que contribuem para a problematização do mundo em que se insere o estudante. Na obra se possibilita um amplo trabalho com imagens, em sua condição de fonte histórica, permitindo contextualizá-las e compreendê-las por meio de sua produção e representação. (BRASIL, 2017, p.23)²²

Quanto aos temas ligados à religiosidade, o *Guia de livros didáticos do Ensino Médio* ressalta que o esforço para o distanciamento da visão eurocêntrica justifica a incorporação de temas relacionados ao conhecimento das diversidades culturais. Contudo, este não aparece como um objetivo principal de análise nas obras didáticas.

Sobre as mulheres, o *Guia de livros didáticos do Ensino Médio* destaca que, na *Coleção História - Passado e Presente*, a participação das mulheres, seja na esfera da vida pública quanto na privada, é abordada através dos conteúdos históricos por meio de textos em boxes, de legendas em fotografias e imagens e de atividades justificando o enfoque sintético e pouco aprofundado sobre o tema.

Assim, o primeiro contato com o Islã é no livro destinado ao 1º ano do Ensino Médio, na unidade quatro intitulada “Diversidade Religiosa”, sendo abordado no capítulo nove da presente unidade “Mundo árabe-muçulmano”. O capítulo encontra-se dividido em cinco subtítulos que explanam desde o surgimento do Islã na península arábica até a divisão religiosa do território.

A imagem de abertura da unidade “Diversidade Religiosa” apresenta uma fotografia do encontro ecumênico realizado no estádio do Maracanã em 2014. Nela temos representantes das várias crenças religiosas presentes no Brasil, entre elas o budismo, cristianismo, judaísmo e o Islã. Abaixo da fotografia temos uma ilustração criada em 2015, pelo artista austríaco Peter Furian, a qual representa a harmonia e a tolerância entre cada uma dessas religiões, e ao lado os autores disponibilizam um pequeno texto introdutório referente aos temas a serem estudados na presente unidade.

²² Conforme publicado no Guia de livros didáticos – Ensino Médio

Nessa introdução, os autores procuram destacar de forma abrangente que as religiões estão relacionadas diretamente à história, influenciando nas formas de organização da sociedade a qual está se originou, evidenciando os episódios discriminatórios que algumas religiões têm sofrido recentemente no Brasil. Azevedo e Seriacopi (2016, p. 175) destacam que “Devido a esta historicidade, as religiões costumam ter preceitos, valores e ritos quase sempre incompreensíveis para quem não conhece a cultura da qual fazem parte”. Além disso, Azevedo e Seriacopi (2016, p.175) ressaltam que: “No Brasil, depois das religiões de matriz africana, os seguidores do Islamismo são os que mais sofrem com a intolerância religiosa. Em ambos os casos, as pessoas dessas religiões costumam sofrer com insultos, cuspadas, pedradas, ameaças de morte”.

É interessante destacar que essa introdução geral, sem abordar precisamente uma vertente religiosa, mas sim as crenças religiosas como um todo, proporciona ao leitor um exercício reflexão, podendo gerar um debate prévio em sala de aula sobre o que os alunos conhecem sobre as religiões presentes no Brasil, se todos estes são adeptos de uma crença religiosa e qual seria está. Contudo, o livro didático não insita a uma maior reflexão sobre essa abordagem, mas sim procura apenas fazer com que o seu leitor pesquise essa diversidade religiosa na comunidade ou no bairro em que reside, ou seja, realizar um pequeno senso sobre a religião praticada em seu bairro e divulgar os resultados para a turma sem realizar um aprofundamento sobre as características próprias dessas religiões.

O capítulo nove “Mundo árabe-muçulmano” apresenta um pequeno texto introdutório destacando que o Islã é a segunda maior religião que existe no mundo. Também apresenta dados numéricos referentes à quantidade de adeptos espalhados pelo mundo, destacando que essa é uma religião que prega a justiça e a generosidade, bem como uma introdução sobre o local onde surgiu na Península Arábica e informações sobre seu fundador, Maomé. O texto didático introdutório não faz nenhuma referência sobre as mulheres muçulmanas; porém, ao lado do texto temos a imagem da ativista paquistanesa Malala Yousafzai²³ discursando durante o recebimento do Prêmio Nobel da Paz em 2013.

O livro carece de informações sobre a ativista Malala, sendo necessário que o leitor possua algum conhecimento prévio sobre sua vida. Não é evidenciado que seu país de origem, Paquistão, está subordinado a um regime de dominação do grupo terrorista Talibã,²⁴ nem

²³Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa que, em outubro de 2012, foi baleada por extremistas do grupo fundamentalista Islâmico Talibã após reivindicar o direito à educação para mulheres e meninas.

²⁴Atuando principalmente no Afeganistão e no Paquistão, o grupo fundamentalista Islâmico Talibã surgiu em 1994, sendo uma de suas principais características as interpretações rígidas dos textos do Corão, a forte rejeição da cultura ocidental e a obrigaçao do uso da burca pelas mulheres afegãs.

mesmo menciona quais os tipos de privações são impostos às mulheres paquistanesas através do fundamentalismo.

Em sua biografia, Malala cita as condições de vida das mulheres paquistanesas, a relação entre homens e mulheres e as leis coriônicas. Segundo a ativista:

No Paquistão, quando as mulheres dizem que querem independência, as pessoas acham que isso significa que não desejam obedecer a seus pais, irmãos ou maridos. Mas não é isso. Significa que queremos tomar decisões por conta própria. Queremos ser livres para ir à escola ou para ir trabalhar. Não há nenhum trecho no Corão que obrigue a mulher a depender do homem. Nenhuma mensagem dos céus estabeleceu a toda mulher deve ouvir um homem. (YOUSAFSAI; LAMB, 2013, p. 230)²⁵

Acima da fotografia de Malala, o livro traz a fotografia de cinco mulheres, algumas delas aparentemente abanando seus véus e outras com véus enrolados no pescoço. Segundo a legenda, trata-se de uma fotografia publicada em uma rede social no Irã. Nela, essas mulheres estariam sem o véu em protesto contra as restrições sociais em que as mulheres estão submetidas no país. Nesse volume não é previamente orientado que, após a Revolução iraniana, a sociedade iraniana passou por uma série de transformações, uma delas sendo a obrigatoriedade do uso do véu pelas mulheres, nem menciona a resistência feminina que se opôs a essas medidas autoritárias.

No Irã, por exemplo, a obrigatoriedade do uso do véu não se deu de forma pacífica ou sem resistência: quando o Aiatolá Khomeini anunciou na cidade santa de Qom que todas as mulheres deveriam usar o Xador em público, mais de 20.000 mulheres se reuniram em protesto na universidade de Teerã, a maior do país. Vemos aqui a articulação das mulheres muçulmanas em prol delas mesmas, sem a visão colonial e paternalista assumida pelo ocidente. (AMARAL, 2015, p.61)

Para Lonardon e Priori (2016), as mulheres muçulmanas têm ocupado um lugar de destaque ao confrontar os antigos sistemas patriarcais impostos, seja pela própria família, seja pelo sistema de governo, fazendo-as serem vistas cada vez ao exigirem mudanças. Assim, surgiram movimentos feministas em países muçulmanos que lutam para garantir uma maior igualdade de direitos civis entre homens e mulheres. Contudo, em nenhum momento os autores do livro didático procuram aprofundar a reflexão sobre a luta dessas mulheres por maior igualdade. Ao contrário, o livro transparece a imagem de que todos os países muçulmanos são regidos pelas mesmas práticas que reprimem a figura feminina, transmitindo uma visão equivocada da sociedade e da mulher islâmica.

²⁵ YOUSAFZAI, Malala. LAMB, Christina. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito a educação e foi baleada pelo talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Figura 5: Abertura do Capítulo Mundo árabe- muçulmano

CAPÍTULO 9 Mundo árabe-muçulmano

O islamismo é hoje a segunda maior religião do mundo e existe uma grande diversidade entre aqueles que professam a religião. Com cerca de 1,3 bilhão de adeptos, essa doutrina defende a justiça e a prática da generosidade entre as pessoas. Seus seguidores são conhecidos como muçulmanos, que em árabe significa "aqueles que se subordinam a Deus".

Fundado no século VII, na atual Arábia Saudita, pelo profeta Muhamad (Maomé), o islamismo desempenhou importante papel no processo de unificação dos diversos povos árabes em torno de um governo centralizado.

Neste capítulo estudaremos o processo da unificação dos povos árabes, cujo desdobramento mais significativo foi a formação de um império, que, por volta do século VIII, se estendia da península Ibérica, na Europa, até o rio Indo, na Ásia. Veremos também alguns aspectos que envolvem o islamismo nos dias de hoje.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

- Conhecer as origens do Império Muçulmano.
- Compreender a formação e alguns fundamentos do islamismo.
- Identificar o papel do islamismo no processo de unificação e expansão da cultura árabe.
- Analisar a formação do Império Islâmico e seus desdobramentos.
- Refletir sobre o legado do mundo islâmico.

Foto publicada em uma rede social no Irã, em que mulheres protestam sem véio contra as restrições sociais e legais a que são submetidas no país. Foto de 2014.

Malala Yousafzai, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2014 aos 17 anos. A jovem é ativista pelo direito à educação feminina em seu país e sobreviveu a uma tentativa de assassinato organizada pelo Talibã. Foto de 2013.



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p. 175

Ao longo do capítulo, não é analisado a posição das mulheres nas sociedades muçulmanas. Malala e as cinco mulheres iranianas não voltam a ser mencionadas. O livro apresenta superficialmente na sessão “Você Sabia?” uma curiosidade sobre o uso da burca, buscando resgatar seu passado histórico e como ela passou a ser imposta pelos grupos fundamentalistas no final do século XX.

No didático, não existe um aprofundamento sobre as mulheres nos países dominados por grupos fundamentalistas, assim como também não há uma relação entre as muçulmanas que vivem em outros países cuja população é majoritariamente formada por adeptos ao Islã. Levando em consideração que um dos principais objetivos da coleção é garantir através do conhecimento a diversidade de crenças da comunidade em que vivemos e maior tolerância

religiosa ao que se refere à mulher muçulmana, a obra deixa algumas lacunas que podem gerar interpretações equivocadas.

Quanto à relação mulheres e ao Corão, o didático não aborda como o livro sagrado é utilizado como uma ferramenta que possa garantir, como também privar, as mulheres de seus direitos, pois tudo depende da maneira que este é interpretado.

Figura 6: Sessão “Você Sabia?”

VOCÊ SABIA?

A burca, hoje usada para ocultar o corpo das mulheres, no princípio não tinha relação com o islã, era apenas sinal de status social em algumas culturas. Foi a partir dos séculos XVIII e XIX que seu uso se disseminou. Com a chegada de grupos fundamentalistas ao poder (como o Talibã, no Afeganistão), no final do século XX, é que a vestimenta se tornou obrigatória em alguns países. Ainda assim, em muitos deles as mulheres têm o direito de escolha sobre seu uso.



Mulheres afegãs vestidas com burcas, símbolo do Talibã, e uma criança. Em fila, elas esperam alimento distribuído na cidade de Herat, no Afeganistão, durante o Ramadã (jejum praticado entre o nascer e o pôr do sol, por um mês, uma vez por ano, obedecendo à crença muçulmana). Foto de 2015.

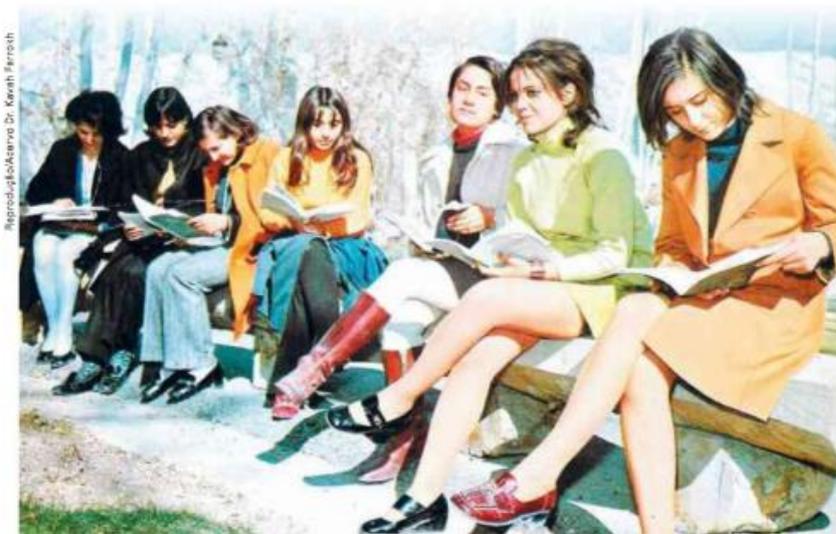
Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p. 183

Nota-se que não existe a preocupação em demonstrar os diferentes tipos de vestimentas da mulher muçulmana. Não é mencionado que há um conjunto de vestimentas aconselhadas para as mulheres adeptas ao Islã, que podem variar conforme o país em que elas estão inseridas. Azevedo e Seriacopi (2016) mencionam que em alguns países as mulheres possuem o direito de escolher sobre o uso da burca; porém, os autores passam uma ideia confusa sobre o código de vestimentas muçulmanas, pois, além da burca, as mulheres podem optar pelo uso do chador, hijab, niqab, que são roupas que cobrem seus cabelos e/ou rostos, como também optar pela não utilização da vestimenta muçulmana. Além disso, a obra não apresenta exercícios que citem a figura feminina na religião. A atividade que mais se aproximaria de uma análise do papel das mulheres no Islã seria uma sugestão presente na sessão “De olho no mundo”. Ao final do capítulo, na sessão “Minha Biblioteca”, o livro traz indicações de sites, filmes e livro. Este item apresenta como uma indicação a biografia dos livros *Eu sou Malala: A história da garota que defendeu o direito a educação e foi baleada pelo Talibã* e do livro *Infiel: A história de uma mulher que desafiou o Islã*.

No livro destinado ao 3º ano do Ensino Médio, o Islã é rerepresentado ao seu leitor na unidade quatro “Ética”, sendo abordado no capítulo dez “Décadas de 1970 e 1980: Crise e Conflito”. Aqui temos a retomada de alguns conceitos destacados no primeiro livro didático da coleção, em que se retoma o surgimento de grupos fundamentalistas, destacando a Revolução teocrática nos países muçulmanos. “A primeira Revolução Islâmica dos últimos dois séculos aconteceu em 1979 no Irã, quando líderes xiitas (uma seita muçumana) derrubaram o **xá** (monarca) Mohamend Reza Pahlevi”. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p.211).

Nesse contexto, o livro destaca que no Irã “as mulheres voltaram a ser obrigadas a cobrir os cabelos em públicos e a música secular foi proibida, entre outras sanções inspiradas em interpretações fundamentalistas do **Alcorão**”. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p.211). É disponibilizada uma fotografia de mulheres iranianas anos antes do início da Revolução em uma universidade do país. Na fotografia, essas mulheres não fazem uso das vestimentas muçulmanas. Novamente, o livro didático disponibiliza uma imagem, mas não evidência em seu texto que a imposição do uso do véu não foi aceita de forma pacífica, nem menciona que, apesar dessa obrigatoriedade do uso véu, as mulheres iranianas ainda continuam reivindicando pelo seu não uso.

Figura 7: Mulheres iranianas antes da Revolução



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016, p. 212

A coleção também não destaca que, assim como o Irã, existem movimentos em que as mulheres reivindicam pela utilização dos trajés muçulmanos. Um exemplo é a Turquia, país de maioria muçumana que adota um modelo de governo laico, em que as mulheres

reclamaram por muitos anos pelo direito de utilizar o véu em locais públicos, sendo estes conquistados gradativamente desde 2014.

No capítulo doze “Mundo Globalizado”, temos um subtítulo destinado à ascensão do fundamentalismo religioso, sendo mencionada a presença de grupos terroristas, como o Estado Islâmico e o Boko Haram²⁶. Entretanto, em seu texto didático, não cita como é o tratamento dado as mulheres que vivem nos países dominados por esses grupos extremistas. As mulheres muçumanas não são mais referenciadas ao decorrer da obra, nem mesmo nas questões de vestibulares, dicas de pesquisas e atividades propostas pelos autores.

²⁶ Grupo Fundamentalista Islâmico criado em 2002 que atua principalmente no norte da Nigéria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a representação da mulher muçulmana nos livros didáticos de história, tanto a coleção *Araribá Mais – História*, quanto na coleção *História – Passado e Presente* foi possível verificar que, embora esses didáticos tenham iniciado um processo gradativo que possibilita ampliar os discursos sobre posição ocupada pelas mulheres na sociedade muçulmana, esse estudo ainda se dá de maneira superficial. Uma vez que os livros apenas exploram o tema através de pequenos diálogos e/ou por instruções de pesquisas dadas ao professor, eles ainda possibilitam a escolha por parte dos docentes, os quais podem optar em realizar ou não as atividades que propenderiam explicar informações sobre o tema.

Como foi possível evidenciar, a coleção *Araribá Mais – História*, destinada ao Ensino fundamental, procura apresentar uma relação entre o conteúdo e a atualidade. Para isso, ele traz em seus textos referências jornalísticas, imagens e, até mesmo, passagens do próprio Corão como meio de fundamentar suas afirmações. A Coleção destaca-se ao apresentar maiores relações e informações que possibilitam analisar as diferenças entre a religião e as interpretações radicais adotadas por grupos fundamentalistas e/ou por modelos políticos que regem um determinado país; contudo esse tema não chega a ter maior aprofundamento nem mesmo quando o assunto é retomado no volume do nono ano, em que o fundamentalismo volta a ser estudadas.

Já na coleção *História – Passado e Presente* o papel das mulheres é introduzido ao leitor através de imagens quase nulas quanto à preocupação em criar um diálogo sobre a participação feminina na comunidade muçulmana. Apesar de abordar uma pequena curiosidade sobre o uso da burca, a obra não explica as diferenças entre as vestimentas femininas muçulmanas, uma vez que este assunto é uma das principais polêmicas no ocidente, nem cria um contexto explicativo sobre o uso do véu. Apesar de a obra apresentar imagens de mulheres muçulmanas, aqui destaco a ativista paquistanesa Malala Yousafzai. O didático não traz atividades e/ou referenciais que exemplifique as diferenças entre o Islã, as leis que regem determinados países, a dominação fundamentalista no Oriente Médio e como as mulheres encontram-se inseridas nestes contextos. Também não é mencionada a existência de movimentos feministas que estão ganhando força em vários países mulçumanos.

Entre as duas obras analisadas por este trabalho, a coleção que apresentou maiores informações, ainda que deixando algumas lacunas a serem preenchidas, mas que possibilita a criação de diálogos para discussões incentivando pesquisas sobre a representação das

mulheres muçulmanas, foi à coleção *Araribá Mais – História* destinada ao Ensino Fundamental.

Ao analisar a Representação das mulheres muçulmanas nos livros didáticos, apesar do tema cumprir os principais critérios exigidos pelo PNLD, fez-se evidente que ainda é necessário que haja uma maior abrangência sobre o assunto nas obras didáticas, pois tais temas ainda se encontram expostos de forma escassa e fortemente resumida. Sendo importante destacar que os materiais didáticos, principalmente os livros didáticos, são suporte pedagógico de caráter informativo que participa fortemente do processo educacional, a análise desse material possibilita compreender o que uma determinada sociedade pensa sobre si própria e sobre as demais sociedades. Assim, é fundamental destacar a importância de se incentivar a realização de trabalhos acadêmicos que priorizem analisar os conteúdos inseridos nos livros didáticos de História, uma vez que, além dos didáticos serem um importante meio de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, ele ainda configura-se como o principal instrumento de apoio para alunos e professores, sendo necessário conscientizar o corpo acadêmico e docente que essa ferramenta também pode ser um elemento, em muitos casos, limitador de informações podendo conter visões estereotipadas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS, UNHCR ACNUR. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em 17.abr.2020

AMARAL, Aline Moreira do. **A representação da Mulher em O Círculo de Jafar Panahi - o Irã, O Islã e o Cinema (1979-2001)**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, PUC-SP, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12900>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARMSTRONG, Karen. **Maomé: uma biografia do profeta**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História – Passado e Presente**. Vol.1,2,3 São Paulo: Ática, 2016

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar**. 1993. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de História: trajetórias de pesquisas. **Revista de História**, São Paulo, v. 164, p. 487-516, jan. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19206>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF. 2017. 108 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2020: história – guia de livros didáticos/ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF. 2019. 140 p.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 15, p. 129-150, dez. 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7963>>. Acesso em: 10 maio 2020.

CAMILO, Dalva Alexandrina; PEREIRA, Otaviano José. O Novo Programa Nacional do Livro Didático e Material Didático (PNLD) e a ameaça de retrocesso. *In: V SIMPÓSIO DE PÓS- GRADUAÇÃO*, 2018, Uberaba. **Anais...** Uberaba, 2018 Disponível em:

<<https://iftm.edu.br/simpos/2018/anais/814-%20Pronto%20ANAIS.pdf>>. Acesso em: 10 maio.2020

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol 1985-2007.** São Paulo: PUC-SP. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2007/968930_5.PDF> Acesso em 01 maio.2020

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Mercado Editorial e PNLD em disputa.** 2020. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/mercado-editorial-e-pnld-em-disputa-celia-cristina-de-figueiredo-cassiano>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

CENSO, demográfico 2010. **Diversidade Cultural.** Rio de Janeiro: IBGE. 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 11 maio. 2020.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 2002. 232 p.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p.549-566, set. /dez. 2004.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano.** São Paulo: Contexto, 2011.

E-DOCENTE. Disponível em <<https://edocente.com.br/pnld/edital/pnld-2018/obra/1483314/>> Acesso em: 27 maio 2020

FERNANDES, Magda Carvalho. Vinte e cinco anos do PNLD: uma trajetória de negociações entre política educacional e econômica. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Vitória, 2011, **Anais...** Vitória, 2011. p. 1-14.

FERNANDES, Claudia (org). **Araribá Mais – História.** Vol. 6, 7, 8, 9 . São Paulo: Moderna, 2018

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os Processos de avaliação dos Livros didáticos no Brasil: (1938 - 1984).** 2011. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10290>>. Acesso em: 10 maio 2020.

FNDE. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly F. da; MOTTA, Valéria R. **O Livro Didático em Questão.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FURTADO, Andréa Garcia e GAGNO, Roberta Scrocaro. Políticas do livro didático e o mercado editorial. *In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. Anais...* Paraná: Anais do III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, PUCPR.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEONADONI, Adalgisa da Luz. PRIORI, Claudia. Mulheres muçulmanas: As representações sociais e simbólicas sob a ótica de profissionais da educação. **Caderno Pde**, Curitiba, v. 1, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_hist_unesparcampomourao_adalgisa_daluzlonardonipdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

LIMA, Cila. Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 675-686, agosto de 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2014000200019&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em 02 de jun. de 2020.

MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático PNLD: impactos na qualidade do ensino público**. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/pt-br.php>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MEDEIROS, Fabrícia Evellyn Araújo. Novas tendências historiográficas e seus reflexos nas produções dos livros didáticos de história. XIV ENCONTRO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA FAFICA – EEPE. **Anais...** Pernambuco – PE. 9 a 13 de novembro de 2015.

MODERNA, Editora. **PNLD**. Disponível em <<https://pnld.moderna.com.br/historia/aranibamais/>> Acesso em: 27 maio 2020

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação. **Educação e Fronteira**, Dourados, v. 2, n. 4, p. 129-142, jan. 2012. Trienal. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1562>>. Acesso em: 07 maio 2020.

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Semina** - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF. v.10 n.1, p. 1-16, 2011. Semestral. Disponível em:< <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4387>>. Acesso em: 01. Março. 2020.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. A experiência do professor com livros didáticos. *In: IX SEMINÁRIO ANPED SUL; 2012; Anais...* Caxias do Sul. 2012 Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3091/575>>. Acesso em 01.março.2020.

VIEIRA, Alboni. A História cultural e as fontes de pesquisa. **Histedbr**, Campinas, p. 367-378, jan. 2015. Trienal. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>>. Acesso em: 10 maio 2020.

YOUSAFZAI, Malala. LAMB, Christina. **Eu sou Malala**: a história da garota que defendeu o direito a educação e foi baleada pelo talibã. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ZAMBON, Luciana Bagolin; TERRAZZAN, Eduardo Adolfo. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** Brasília, v. 94, n. 237, p. 585-602, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio. 2020.